

Não fosse uma ação emergencial capitaneada pela FENACOR, desde o dia 1º deste mês de janeiro ninguém no Brasil teria como fazer o seguro obrigatório para embarcações

A sociedade brasileira poderá enfrentar um grave problema social, já neste início de ano.

Não fosse uma ação emergencial capitaneada pela FENACOR que articulou rapidamente junto à Susep, CNSEG e principalmente junto a única seguradora que vinha aceitando a contratação do DPEM, a Bradesco Seguros, desde o dia 1º deste mês de janeiro ninguém no Brasil teria como fazer o seguro obrigatório de Danos pessoais causados por embarcações (o DPVAT dos barcos).

No entanto, a diretoria da Federação obteve da Bradesco Seguros, que, registre-se, demonstrou muita sensibilidade com os segurados e principalmente respeito aos seus corretores, o compromisso de adiar, por enquanto (até 31/01/16), o fim da comercialização desse produto.

O presidente da FENACOR, Armando Vergílio, alerta, contudo, que se não houver uma imediata decisão política do Governo, apoiada pelo mercado de seguros, boa parte da população, principalmente os mais carentes, sofrerá consequências danosas, já a partir de fevereiro deste ano. “Temos muito que agradecer à Bradesco Seguros, que iria encerrar a comercialização do seguro DPEM já a partir de 1º de janeiro, mas ouviu os apelos da FENACOR e adiou essa medida para o próximo mês. Agora, o Governo e o mercado precisam agir rápido para evitar que a população fique desamparada”, adverte Vergílio.

Ele lembra que o Brasil está entre os países nos quais ocorre o maior número de acidentes marítimos com vítimas. Somente nos rios do Amazonas, entre 2005 e 2015, 269 pessoas morreram em naufrágios, segundo dados do Comando do 9º Distrito Naval da Marinha. O número de pessoas gravemente feridas é muito mais elevado. Nesse sentido, é necessário que o Governo apresente uma solução para a sociedade.

O quadro tem se agravado em todo o país. “O DPEM, embora seja um seguro obrigatório, com cunho social, não é contratado por parcela expressiva de donos de embarcações. E não há uma fiscalização efetiva do Governo, o que é lamentável”, observa Armando Vergílio.

O presidente da FENACOR revela que muitas vítimas de acidentes com embarcações, ou seus beneficiários, recorreram à Justiça, atingindo diretamente a única seguradora que ainda comercializava o DPEM, mesmo que ela não tivesse contratado o seguro, o que, segundo ele, justificaria plenamente a decisão da Bradesco Seguros.

Nesta segunda-feira (04/01), a Susep criou um grupo de trabalho, que se reunirá emergencialmente hoje (05/01) para analisar e propor uma solução bem como algumas alterações no modelo atual do seguro DPEM. Armando Vergílio frisa, entretanto, que o iminente agravamento do quadro atual exige mudanças imediatas no seguro DPEM, e que é preciso avançar o quanto antes. “A situação é gravíssima. Faço um apelo às autoridades e ao mercado de seguros para que ajam rapidamente. Não temos mais tempo a perder”, conclama o presidente da Fenacor.

Fonte: [FENACOR](#), em 05.01.2016.